

RESUMO - 01. EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS E ENFRENTAMENTOS À
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA POLÍTICA E NA ACADEMIA| HÍBRIDO

**VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E SILENCIAMENTO EPISTÊMICO:
ANÁLISE DO CASO MARINA SILVA**

Camila Geraseev Fernandes (camilageraseev@gmail.com)

Lorena Esther Souza Soares (lorenaestheruni@gmail.com)

A violência política de gênero constitui uma expressão estruturante de opressão que limita a participação plena das mulheres nos espaços de poder, reproduzindo hierarquias de gênero, raça e classe que sustentam a política brasileira. Este trabalho analisa o caso da política Marina Silva, identificando padrões de violência simbólica e silenciamento epistêmico nos discursos midiáticos e institucionais que marcaram sua trajetória. A análise insere-se no campo das epistemologias feministas e decoloniais, compreendendo tais violências como formas de epistemicídio (Carneiro, 2005) que deslegitimam os saberes e experiências de mulheres negras, evangélicas e de origem popular. O estudo adota uma metodologia qualitativa de caráter exploratório, baseada em pesquisa bibliográfica e análise de matérias jornalísticas e textos acadêmicos. Observa-se que Marina Silva, ex-senadora, ex-ministra do Meio Ambiente e candidata à presidência em múltiplas eleições, foi alvo de ataques que extrapolam o debate político legítimo, incluindo a desqualificação de sua autoridade, a ridicularização de sua fé e o questionamento de sua capacidade intelectual. Tais práticas articulam múltiplas opressões que visam restringir o acesso das mulheres a posições de poder, evidenciando o modo como o patriarcado político se reatualiza por meio da linguagem e da mídia. O caso

demonstra como a racionalidade política dominante, ancorada em uma lógica patriarcal e colonial (Butler, 2017; Collins, 2019), naturaliza a exclusão e o silenciamento de corpos dissidentes, mantendo a masculinidade como paradigma do exercício político. O silenciamento epistêmico, portanto, ultrapassa a dimensão discursiva e revela a estrutura cognitiva do campo político, que nega às mulheres, sobretudo às negras, o reconhecimento como produtoras de conhecimento e como sujeitas legítimas da política. Conclui-se que o caso Marina Silva exemplifica as contradições de uma democracia liberal que proclama a igualdade formal, mas perpetua práticas de exclusão simbólica e epistêmica. A superação dessas barreiras demanda não apenas a criação de mecanismos legais de proteção, mas uma reconfiguração ética e epistemológica da esfera pública, capaz de reconhecer a diversidade de experiências e os saberes situados das mulheres como elementos constitutivos de uma democracia verdadeiramente paritária.

Palavras-chave: violência política de gênero; marina silva; silenciamento epistêmico; interseccionalidade; representatividade feminina.